

Procuradoria-Geral de Justiça
Colégio de Procuradores de Justiça

ATA DA 7ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ, REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 2018.

Aos dez dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, às 9:00 horas, na sala de Sessões do Colégio de Procuradores de Justiça, 6º andar da sede Zona Leste do Ministério Público, à Avenida Lindolfo Monteiro, 911, Bairro de Fátima, reuniu-se extraordinariamente o Colégio de Procuradores de Justiça, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça, Cleandro Alves de Moura. Presentes os Procuradores de Justiça **Teresinha de Jesus Marques, Alípio de Santana Ribeiro, Antônio Ivan e Silva, Catarina Gadelha Malta de Moura Rufino, Lenir Gomes dos Santos Galvão, Fernando Melo Ferro Gomes, José Ribamar da Costa Assunção, Teresinha de Jesus Moura Borges Campos, Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando, Aristides Silva Pinheiro, Luís Francisco Ribeiro, Clotildes Costa Carvalho e Hugo de Sousa Cardoso.** Ausentes, justificadamente, os Procuradores de Justiça **Antônio Gonçalves Vieira, Ivaneide Assunção Tavares Rodrigues, Martha Celina de Oliveira Nunes, Rosângela de Fátima Loureiro Mendes, Hosaias Matos de Oliveira e Zélia Saraiva Lima.** O Presidente cumprimentou os presentes e declarou aberta a sessão. Inicialmente anunciou o item a ser apreciado nessa sessão: **Apresentação da Proposta Orçamentária do Ministério Público do Estado do Piauí para o exercício 2019 (Lei Complementar nº 12/93, art. 16, inciso III e art. 3º, inciso III, do Regimento Interno do Colégio de Procuradores de Justiça).** Ressaltou que essa proposta orçamentária a ser apresentada, de incremento de 15%, foi elaborada ouvindo as sugestões dos membros. Ressaltou, ainda, que foi constituída comissão presidida por este Procurador-Geral, tendo como integrantes o Procurador de Justiça Antônio Gonçalves Vieira, as Promotoras de Justiça Cláudia Pessoa Marques da Rocha Seabra e Itaniele Rotondo Sá, o Presidente da Associação Piauiense do Ministério Público, Hugo de Sousa Cardoso, o Presidente do Sindicato dos Servidores do Ministério Público, José Arimatéa Marques Arêa Leão Costa, os servidores Clériston de Castro

Procuradoria-Geral de Justiça
Colégio de Procuradores de Justiça

Ramos e Ítalo Silva Vaz e o Coordenador de Contabilidade e Finanças Denis Rodrigues Lima. O Presidente esclareceu sobre a necessidade de apresentação da proposta orçamentária nesta sessão extraordinária, uma vez que a mesma deve ser apresentada à SEPLAN até o dia 15 de setembro, razão pela qual não há como proceder uma distribuição de processo, análise e discussão. Em seguida, o Presidente submeteu à apreciação do colegiado a aprovação da ata da sessão anterior, dispensada a leitura, em virtude da remessa de cópia aos membros. A ata foi aprovada sem retificações. Na sequência o Presidente passou a palavra à Promotora de Justiça Cláudia Pessoa Marques da Rocha Seabra para apresentação da proposta orçamentária. Com a palavra, a Dra. Cláudia Seabra cumprimentou os presentes e iniciou a apresentação destacando que, em cumprimento ao art. 16, inciso III da Lei Orgânica, cabe a esse Colegiado aprovar o orçamento anual elaborado pela Procuradoria-Geral de Justiça. Destacou a importância de lembrar que o orçamento é uma previsão de receitas e uma fixação de despesas. Esclareceu que esse ano não foi realizada audiência pública porque o próprio planejamento estratégico fez um workshop envolvendo toda a sociedade e os centros de apoio, a fim de ouvir quais as áreas prioritárias que o Ministério Público deverá atuar nesses próximos dois anos, bem como foi oportunizado através de e-mail e das redes sociais, a apresentação de sugestões. Continuando a apresentação, a Dra. Cláudia Seabra destacou as principais sugestões recebidas para o orçamento 2019; a projeção da inflação oficial, que irá fechar o ano em 4,16%; o orçamento aprovado entre os anos de 2010 a 2018, sendo que este ano propõe-se um incremento de 15,02%, ou seja, 233,8. Falou sobre os desafios para o orçamento de 2019, os quais foram aprovados pela comissão na última reunião, assim como os recebidos a partir de oitivas. Após, a Procuradora de Justiça Clotildes Costa Carvalho indagou sobre uns dos desafios apresentados, qual seja, a contratação de estagiários de pós-graduação, no tocante ao valor do salário e a quantidade prevista de contratação. A Dra. Cláudia informou que a previsão do salário é de R\$ 1.250,00 mais R\$ 145 de vale transporte, e previsão de 50 contratados. A Dra. Clotildes Carvalho argumentou que é um número inicial muito grande, uma vez que esse gasto vai aumentar muito no orçamento e conseqüentemente irá influenciar em outras necessidades da

Procuradoria-Geral de Justiça
Colégio de Procuradores de Justiça

Instituição. A Dra. Cláudia explicou que o Procurador-Geral tem orientado o Recursos Humanos no sentido de que a medida que tenha a seleção do pós-graduado, vá reduzindo o número de graduado, porque a ideia é qualificar esse assessoramento. Prosseguindo, a Dra. Cláudia passou a explanação acerca do Quadro de Detalhamento de Despesa - QDD, que é um anexo do orçamento, o qual trás de uma forma mais detalhada as despesas fixadas na proposta orçamentária. O Procurador de Justiça Fernando Melo Ferro Gomes questionou sobre a disponibilização de celulares para todos os membros, se foi reivindicação e se há realmente essa necessidade. O Procurador-Geral falou que foi uma proposta apresentada pelos colegas. Ademais, foi feito um impacto sobre essa questão, concluindo que o gasto com telefonia fixa nos fóruns é bem maior que disponibilizando um celular institucional para cada promotor. Após os esclarecimentos solicitados, a Dra. Cláudia Seabra apresentou o quadro final do demonstrativo de despesa por unidade orçamentária: Procuradoria-Geral de Justiça – 233.878.940; Fundo de Modernização do Ministério Público – 1.200.000; Fundo de Proteção e Defesa do Consumidor – 1.000.000; totalizando – 236.078.940. Com a palavra, o Corregedor-Geral, Aristides Silva Pinheiro, disse que faz um controle dos gastos da Corregedoria para que não ultrapasse o limite fixado na proposta orçamentária, porém, percebeu que esse valor vem reduzindo a cada ano, acredita que em razão da sua austeridade. Ademais, entende o porque da Corregedoria não ter fundo próprio, entretanto, pede a compreensão no sentido de que não seja reduzido o orçamento da Corregedoria, assim como vem acontecendo nos últimos anos, a fim de que não traga consequências ao próximo Corregedor-Geral. Após, a Dra. Cláudia Seabra ressaltou que o Corregedor tem razão em relação à Corregedoria não poder ser uma unidade orçamentária em separado, visto que foi uma correção feita dentro da técnica da lei orçamentária. Esclareceu que todas as rubricas aqui alocadas foram com base na média do que se vem realmente executando, nada obsta que, a qualquer tempo e por solicitação da Corregedoria, seja feita a relocação suplementar. Explicou que, realmente nos dois últimos anos, esse valor não vinha sendo usado na sua totalidade, mas se a Corregedoria diz que isso é fruto de um trabalho de austeridade e que pode comprometer as atividades correcionais, há a flexibilidade de aumentar ou diminuir. Em seguida, o

Procuradoria-Geral de Justiça
Colégio de Procuradores de Justiça

Presidente questionou se haveria mais algum esclarecimento. Com a palavra, o Procurador de Justiça Fernando Melo Ferro Gomes indagou ao Procurador-Geral se há alguma comissão criada para tratar do orçamento junto aos poderes legislativo e executivo, sugerindo que o Procurador-Geral liderasse uma equipe para acompanhar esse trabalho junto à Secretaria de Planejamento e à Assembleia Legislativa. Após, a Procuradora de Justiça Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando disse concordar com a sugestão do Dr. Fernando Melo, bem como registrou a sua satisfação em ver nesse orçamento o item que fala de “premiações culturais artísticas e científicas e outros”, assim como o detalhamento desse orçamento atacando em todas as frentes do Ministério Público e trazendo inovações com os estágios de pós graduação. Acrescentou que o Ministério Público é uma Instituição que avança e está agindo pautando o seu trabalho dentro de uma realidade que está posta e que não se pode naturalmente ficar à margem disso. Na sequência, o Dr. Aristides Pinheiro ressaltou que o Ministério Público está com um vácuo no quadro funcional de membros, causando prejuízos ao MP, ao judiciário, à comunidade e ao procedimento, ou seja, uma consequência genérica. A Dra. Teresinha Marques pediu a palavra para reforçar a manifestação do Dr. Aristides, disse que o CEAF é um órgão de extrema importância para o Ministério Público, porém no momento conta apenas com uma servidora na secretaria e o diretor do CEAF, que acumula CEAF, gabinete, tribunal e suplência no Conselho Superior, daí porque, entende que o CEAF deverá ter prioridade, uma vez que está funcionando precariamente por ausência de servidor. Dando Continuidade, o Presidente submeteu a proposta orçamentária à votação. Após colhidos os votos, o Presidente declarou aprovada, à unanimidade, a proposta orçamentária apresentada ao Colégio de Procuradores. Registre-se que o Dr. Assunção Assunção votou pela aprovação da proposta orçamentária, solicitando que fosse encampadas as considerações feitas pelo Corregedor, com relação as suas dificuldades orçamentárias, e também as observações feitas pela Dra. Teresinha Marques em relação ao CEAF. Na sequência, o Presidente respondeu alguns questionamentos: em relação a sugestão da criação de uma comissão para acompanhar a proposta orçamentária, ficou acertado a inclusão dos nomes dos Procuradores de Justiça Hugo de Sousa Cardoso e Antônio

**Procuradoria-Geral de Justiça
Colégio de Procuradores de Justiça**

Gonçalves Vieira, bem como integrantes da área de planejamento e da área técnica; em relação ao número deficiente de membros, esclareceu que há a necessidade de se aumentar o quadro, porém, não adianta só fazer concursos, nomear e não poder dar estrutura e condições básicas de trabalho; acerca da ausência de servidores, informou que foi publicada 10 (dez) vagas para remoção de servidores, o que vai amenizar essa ausência. Após, o Presidente informou que foi julgado no CNMP um projeto de lei do Rio de Janeiro, no qual os dias de folga, plantões e substituições são transformados em indenizações, em virtude disso, pretende encaminhar um projeto de lei com essa matéria para assembleia. Acrescentou ainda, que também encaminhará projeto de lei para criação do auxílio saúde. Por fim, procedeu-se o sorteio do Plantão do Recesso para o final do ano. Foram sorteados os Procuradores de Justiça Clotildes Costa Carvalho e Hugo de Sousa Cardoso. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, e para constar, eu, Teresinha de Jesus Moura Borges Campos, Procuradora de Justiça e Secretária Designada do Colégio de Procuradores de Justiça, lavrei a presente ata, que lida e aprovada vai assinada pelos presentes. Teresina, 10 de setembro de 2018.